



CONTRA-CORRENTE

A análise da conjuntura econômica na visão e linguagem do sindicalismo classista e dos movimentos sociais

Boletim quinzenal de conjuntura econômica do ILAESE

Ano 01, Nº 14 - 1º de Dezembro de 2011

O Retrato das Mulheres no Brasil

Quem são e como vivem as mulheres brasileiras? São as das revistas “femininas” e das novelas da Globo? Estamos mais próximas das Giseles Bunchen ou das Elisias Samúdios? O Contra-corrente desta quinzena vai analisar três dimensões da mulher trabalhadora no Brasil: a violência e mortalidade feminina, a situação no mercado de trabalho e a luta contra o machismo.

Por Érika Andreassy e Ana Pagu

Você, companheira, talvez não saiba nem sequer desconfie, mas estima-se que 01 a cada 03 das suas colegas de trabalho tenha sido agredida fisicamente, violentada sexualmente ou sofrido outro tipo de abuso ao longo de sua vida.

Na União Europeia, entre 40 a 50% das mulheres sofreram algum tipo de assédio no local de trabalho.

A Organização Mundial da Saúde já considera a violência contra a mulher uma epidemia mun-

dial e uma das violações de direitos humanos mais frequentes da atualidade.

Mas essa é só a ponta do iceberg, a violência contra a mulher se manifesta de várias formas, nas altas taxas de desemprego feminino, nas desigualdades salariais, nos índices de analfabetismo e na exposição à pobreza.

Segundo a ONU, no documento *As Mulheres do Mundo 2010: Tendências e Estatística*, em praticamente todos os aspectos as mulheres permanecem em condições de vida mais precárias que

os homens.

E qual a situação do Brasil?

A violência contra a mulher está caindo? Quais as causas das agressões?

A feminização do trabalho tem propiciado uma maior igualdade?

E o crescimento econômico, alterou a situação da mulher no mercado de trabalho?

Qual o resultado para a vida das mulheres após 09 anos do PT à frente do governo federal?

Vamos olhar este retrato.

Assine

CONTRA-CORRENTE

Anual (24 edições):

5X R\$ 200

Semestral (12 edições):

3X R\$ 200

Trimestral (06 edições):

2X R\$ 200

ilaese@ilaese.org.br

Para saber como as mulheres vivem, basta olhar como elas morrem.

No dia 25 de novembro celebra-se o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher.

No Brasil e no mundo todo, temos pouco que comemorar e muito que fazer.

Segundo o Banco Mundial, as mulheres entre 15 e 44 anos correm mais risco de sofrer vio-

lência dentro de seus lares do que serem acometidas por câncer ou sofrerem acidentes de trânsito.

lência superior à média mundial e da América Latina. E o pior é que nos 10 anos que compreendem a pesquisa (entre 1998 e 2008), simplesmente não houve redução desta taxa em nível nacional.

Em alguns estados, os assassinatos subiram 174%, como é o caso da Bahia.

Ao analisarmos esses

da *Mulher Brasileira 2011* (DIEESE), 26% dos agressores às mulheres são cônjuges/ex-cônjuges e 11% são parentes. Entre os homens, são 2,0% e 5,6% respectivamente.

Em síntese, pode-se concluir que, se entre os homens, a maior parte das mortes é decorrente de casos vinculados à violência urbana, entre as mulheres

Embora seja proibido, o aborto é uma das ocorrências médicas mais comuns do país.

O próprio Ministério da Saúde estima que são realizados 1 milhão de abortos clandestinos no país anualmente, dos quais cerca de 200 mil resultaram em internação devido a complicações do procedimento.

Ao mesmo tempo em que o Estado criminaliza o aborto, não fornece condições adequadas à maternidade: o Brasil tem uma taxa de mortalidade materna 5 vezes maior do que as recomendadas pela ONU e, segundo um estudo realizado pela USP, esse índice pode ser 67% maior do que aparece nas estatísticas oficiais.

A mortalidade materna está intimamente ligada à pobreza. Segundo a Organização Mundial da Saúde, essa tragédia poderia ter sido evitada em 92% dos casos. Não é irrelevante o fato de que das 536.000 mulheres em todo o mundo que morreram vítimas de complicações ligadas à gravidez e parto em 2005, apenas 1% vivia em países desenvolvidos.●

Retrato da Violência contra a Mulher

40% dos assassinatos ocorrem dentro de casa

26% das agressões são cometidas por cônjuges/ex-cônjuges

Fontes: Instituto Sangari. *Mapa da Violência 2011*. DIEESE. *Anuário Mulheres Brasileiras 2011*.

lência dentro de seus lares do que serem acometidas por câncer ou sofrerem acidentes de trânsito.

Violência doméstica

No Brasil, os dados sobre a violência contra a mulher são alarmantes. Segundo o relatório *Mapa da Violência 2011* (Instituto Sangari), a taxa média de assassinatos registrados é de 4,25 por 100 mil mulheres, índice mui-

assassinatos pelo tipo de relação com o agressor e do local do crime, pode-se deduzir que grande parte dos casos é decorrente de machismo.

Entre os homens, por exemplo, penas 17% dos crimes foram cometidos na residência, enquanto entre as mulheres este índice sobe para cerca de 40%.

Segundo o *Anuário*

seu agressor está dentro de casa ou faz parte do seu relacionamento íntimo e está presente tanto nas grandes cidades quanto nas pequenas.

Se para a primeira forma de violência as políticas públicas são ineficientes, para a segunda elas praticamente sequer existem.

A hipocrisia também mata

Feminização do trabalho, crescimento econômico e desigualdade

A inserção crescente da mulher no mercado de trabalho é um processo extremamente positivo, mas repleto de contradições.

Embora a presença não seja recente, a participação das mulheres tem crescido muito nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 90.

No entanto, este aumento é marcado pela precarização do trabalho, tanto em termos mundiais como no Brasil.

A precarização como tendência mundial

De acordo com a pesquisadora Helena Hirata, “há uma divisão sexual da precariedade do trabalho, visto que as mulheres são mais numerosas do que os homens tanto no trabalho informal quanto no trabalho em tempo parcial, com um número inferior de horas trabalhadas e também níveis mais baixos na escala de qualificação formal” (Tendências Recentes Da Precarização Social e do Trabalho. *Cadernos CRH*, vol. 24, 2011, p. 17).

No que se refere ao desemprego, as mulheres também são majoritárias

no desemprego oculto pelo desalento e a crise econômica mundial agravou a taxa mundial de desemprego aberto feminino, passando de 6% em 2007 para 7% em 2009 (OIT. Tendências Mundiais de Emprego, 2010).

Crescimento econômico e desigualdade

A situação do trabalho no Brasil tem, pelo menos, duas diferenças fundamentais em relação aos países europeus: em primeiro lugar, aqui o trabalho precário sempre foi a regra, não a exceção, ainda mais quando se fala em trabalho feminino.

Além disso, se nos países centrais a desigualdade entre homens e mulheres costuma reduzir em períodos de crescimento econômico, no Brasil ocorreu o inverso: durante o governo Lula, o crescimento econômico brasileiro manteve e, em alguns aspectos, acentuou a desigualdade entre homens e mulheres no trabalho.

Embora sejamos a sétima economia do mundo (ou influenciado justamente por isso), estamos em 82º lugar no ranking

da desigualdade entre os sexos, segundo o Fórum Econômico Mundial.

Este é o pior desempenho entre os países da América Latina e atrás de países como a Albânia, Gâmbia e Vietnã.

Um dos problemas mais graves é a diferença salarial entre homens e mulheres.

Que a média salarial das mulheres é, em geral, menor que a dos homens, é um dado já bastante conhecido.

A novidade é que esta diferença aumentou justamente no período em que o Brasil retomou o crescimento econômico e, supostamente, passou a ter políticas de inclusão para as mulheres.

Segundo o DIEESE (*Anuário das Mulheres Brasileiras 2011*), aumen-

tou ainda mais a diferença salarial entre homens e mulheres assalariados no período de 2000 a 2010 na maioria das regiões metropolitanas pesquisadas.

Situação semelhante podemos perceber em relação ao desemprego.

As mulheres continuam tendo uma taxa de desemprego superior a dos homens. Mesmo com a redução do desemprego entre 2000 e 2010, a taxa de desemprego feminino continua sendo cerca de 25 a 40% maior que o desemprego masculino, a depender da região.

Por tudo isso, o Brasil não apenas seguiu a tendência mundial de precarização do trabalho feminino, mas o fez de um modo genuinamente nacional: associado ao crescimento econômico. •

Rendimento das assalariadas em relação aos homens (em %)		
Regiões Metropolitanas e DF	2000	2010
Belo Horizonte	95,8	90,5
Distrito Federal	91,1	92,4
Porto Alegre	92,3	87
Recife	102,3	103
Salvador	97,7	96
São Paulo	90	87,3

Fonte: DIEESE. *Anuário das Mulheres Brasileiras 2011*, p. 104.

A luta contra o machismo

Para quem acreditava que a eleição de Dilma poderia significar um avanço real na vida das mulheres, já se pode ver que isso não vai acontecer.

Mal assumiu o cargo, Dilma anunciou um corte de 38% das verbas destinadas à Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres e 50% para a Secretaria da Desigualdade Racial.

Os cortes comprometem, conforme levantamentos divulgados pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria, programas como os de prevenção e combate à violência contra as mulheres, de redução da mortalidade materna e de ampliação da participação das mulheres na PEA.

Outros programas, como o de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes e o de erradicação do trabalho infantil, tiveram uma redução orçamentária de R\$ 417 milhões em 2011.

Não temos sequer

uma política concreta de combate à violência doméstica.

Assim como outros partidos burgueses, o PT não tem aplicado medidas que de fato melhorem as condições de vida das mulheres.

Para isso, seria necessário deixar de pagar a dívida interna e externa e redirecionar os gastos investindo na saúde das mulheres, em programas de redução da mortalidade materna e no combate ao câncer de mama e de colo de útero.

Deveria ter priorizado a construção de obras de infraestrutura, como creches e moradia para mães solteiras, além de serviços como lavanderias e restaurantes comunitários, que livrariam as mulheres da carga extra do trabalho doméstico não remunerado.

Por fim, deveria ter sido estendida a licença maternidade de 6 meses para todas as trabalhadoras sem isenções fiscais para as grandes empresas.

A Opressão e Exploração da Mulher

Opressão e exploração andam de mãos dadas e nunca um sistema econômico se utilizou tanto da opressão para explorar mais como o capitalismo.

As várias formas de discriminação entre os trabalhadores contribuem e justificam o aumento da exploração sobre todos nós e dificulta a unidade e a consciência de classe, fragmentando e dividindo a classe.

No caso da opressão machista, a manutenção e reprodução da força de trabalho através do trabalho doméstico não remunerado executado pelas mulheres e a utilização de mão-de-obra feminina com salários mais baixos, propicia um aumento dos lucros do patrão.

Ou seja, a opressão só permite vantagens de fato para a própria burguesia.

É por isso que as mulheres burguesas não sofrem a opressão da mes-

ma forma que as trabalhadoras, porque não são exploradas.

Ainda que possam participar junto conosco na luta por alguns direitos, como o combate à violência e à legalização do aborto, jamais levarão consequentemente a luta contra a opressão até o fim, porque a luta contra todas as formas de opressão é parte da luta contra a exploração capitalista.

Por outro lado, a luta contra o machismo é uma tarefa de todos os trabalhadores, homens e mulheres. Cada vitória das mulheres no combate à opressão, cada direito democrático conquistado significa um golpe para o sistema.

Combater todo e qualquer forma de opressão e discriminação que possa impedir a unidade da classe e que seja utilizado para desviar a indignação e o ódio dos trabalhadores contra o inimigo comum, que é a burguesia, esse é o nosso desafio. ●

EXPEDIENTE

Coordenação Nacional do ILAESE: Cristiano Monteiro, Daniel Romero, Érika Andreassy, Fernando dos Santos, Luci Praun e Nazareno Godeiro. **Contato:** Praça Padre Manuel da Nóbrega, 16 - 4º andar. Sé - São Paulo-SP. CEP: 01015-000 - (11) 7552-0659 - ilaese@ilaese.org.br - www.ilaese.org.br. CNPJ 05.844.658/0001-01. Atividade Principal 91.99-5-00. **Contra-corrente** é uma publicação quinzenal elaborada pelo ILAESE para os sindicatos, oposições sindicais e movimentos sociais. **Editor responsável:** Daniel Romero.